

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	XIII
Apresentação à Primeira Edição	1
Prefácio à Primeira Edição	3
Nota à Segunda Edição	5
1 Introdução	7
2 O Estado de Direito e a obediência à ordem jurídica	11
2.1 As limitações ao exercício do poder, o duplo aspecto da legalidade e a liberdade como eixos da questão do direito.....	11
2.2 O Princípio da Obrigatoriedade da Ação Penal Pública – Primeiras linhas e contextualização com o problema da pesquisa	15
2.3 O direito penal e o processo – o caráter publicista, a divisão de tarefas dos órgãos do Estado e o processo democrático	17
2.3.1 Sistemas Processuais Penais - Breves apontamentos	20
2.3.1.1 A designação de sistemas no plano da linguagem	23
2.3.1.2 A designação de sistemas puros como referencial histórico e efeito didático	26
2.3.1.3 O núcleo informador do Sistema Inquisitivo	28
2.3.1.4 O núcleo informador do Sistema Acusatório	31
2.3.1.4.1 O paradoxo do Sistema Misto, sua insuficiência didática e a ausência da percepção de um núcleo informador fundamental	34
2.3.1.4.2 A ratificação do Sistema Acusatório brasileiro como núcleo informador do processo penal democrático constitucional – uma proteção aos direitos fundamentais	37
3 Justiça Penal Negociada	45
3.1 Um breve ensaio para a negociação em matéria criminal	45

3.2	Negociação em matéria criminal – raízes e fundamentos	49
3.3	Negociação em matéria criminal – o impulso da colaboração	59
3.4	O início do diálogo sobre o consenso frente ao princípio da obrigatoriedade da ação penal pública	62
4	Ação penal pública e o princípio da obrigatoriedade	65
4.1	A estrutura da norma, relação processual penal e a noção polissêmica da ação e das condições para o seu exercício	65
4.2	O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública – um diálogo com a crítica	74
4.2.1	Obrigatoriedade da ação penal pública – regra ou princípio	76
4.2.2	Obrigatoriedade da ação penal pública – o giro linguístico, os planos sintático e semântico do estudo da linguagem e a teoria do discurso no enunciado	79
4.2.3	Obrigatoriedade da ação penal pública e a sua previsão no sistema positivo	84
4.2.4	Obrigatoriedade da ação penal pública – argumentos que propõe sua mitigação pautados na solução negociada de conflitos penais – remissão, transação, suspensão condicional do processo e colaboração lato sensu	90
4.2.4.1	Remissão	91
4.2.4.2	Transação Penal	92
4.2.4.3	Suspensão Condicional do Processo	101
4.2.4.4	Colaboração “lato sensu”	103
4.2.4.5	Os Projetos de Lei que visam a reforma do Código Penal e do Código de Processo Penal.....	109
4.2.4.6	O Acordo de não persecução penal – Resolução n.º 181/17 e n.º 183/18 CNMP e a Lei n.º 13.964/19 (“Lei anticrime”).....	113
4.3	Obrigatoriedade da ação penal pública como expressão do Estado Democrático de Direito no Brasil e sua base constitucional	119
4.4	Obrigatoriedade da ação penal pública como instrumento de accountability	122

4.5 Tendências para um punitivismo camuflado de Justiça Penal Negociada	129
4.6 A igualdade e liberdade no centro do debate e o Modelo de Garantias	136
5 Considerações Finais	149
Referências	153